



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
ÁREA DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS

FABÍOLA TEIXEIRA GOETZE

**PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Campos Novos, SC

2016

FABÍOLA TEIXEIRA GOETZE

**PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho apresentado ao componente curricular de Planejamento em Gestão Escolar, Pós-Graduação em Gestão Escolar. Áreas das Ciências das Humanidades, Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Campos Novos.

Orientadora: Professora Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt.

Campos Novos, SC
2016.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REVISÃO TEÓRICA	6
2.1 O IMPORTANTE PAPEL DO GESTOR PARA O BOM DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	10
2.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA NUMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL- AÇÕES DE NATUREZA PEDAGÓGICO-CURRICULAR.....	12
2.2.1 <i>Educação Alimentar</i>	13
3 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	15
3.1 BREVE HISTÓRICO	15
3.2. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	17
3.2.1 <i>Dimensão Socioeconômica</i>	17
3.2.2 <i>Dimensão Pedagógica</i>	18
3.2.3. <i>Dimensão Administrativa</i>	20
3.2.4. <i>Dimensão Financeira</i>	22
3.2.5. <i>Dimensão Física</i>	23
4. METAS E AÇÕES	25
4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Gestão tem como intuito propiciar ações que promovam e direcionem o pleno desenvolvimento dos educandos, preparando-os para o exercício da cidadania e, isso só será possível através de uma gestão democrática, onde a participação de todos é fundamental no processo de educação. O Plano de Gestão desta Unidade de Ensino visa atender o planejamento pedagógico anual que norteará as ações administrativo / financeiras desta Gestão.

A gestão democrática da escola é um dos princípios constitucionais do ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o planejamento dos objetivos, metas, ações e resultados esperados devem ser seguidos pela equipe de gestão, prevendo os desafios a serem enfrentados no decorrer do ano, em conformidade com o diagnóstico da qualidade da educação.

Para compor este Plano, foi efetuado um diagnóstico da realidade escolar no CMEI Criança Feliz sito a Rua Santos Dumont, no Centro de Herval D'Oeste. A Instituição atende aproximadamente 130 crianças de 04 meses a 3 anos e 11 meses, sendo estas divididas em: Berçário I, Berçário II A, Berçário II B, Maternal I, Maternal II, Maternal III A, Maternal III B. O regime de funcionamento é de doze horas diárias, sendo que as professoras, as estagiárias e as merendeiras se revezam em dois turnos.

É importante salientar que para elaboração deste Plano de Gestão, foi de muita valia realizar o diagnóstico da Instituição para fazer uma leitura da realidade do ambiente escolar, verificando as necessidades e potencialidades do CMEI. As intenções presentes no plano de metas e ações são voltadas ao atendimento à comunidade escolar. Neste intuito, as metas deste plano dar-se-ão mediante a busca de ações eficazes e eficientes da Educação Alimentar que pode vir ao encontro com o emprego de metodologias lúdicas e dinâmicas.

Praticando a Educação Alimentar desde cedo, com a parceria entre escola e família, as crianças nesta faixa etária (04 meses a 3 anos e 11 meses) estão em plena construção de hábitos alimentares saudáveis, pois é na escola onde a criança passa a maior parte do tempo, assim, é papel da escola oferecer uma alimentação equilibrada. Nesse sentido, surgiu a necessidade de oportunizar uma nova maneira de apresentar esta alimentação à criança, de uma forma prazerosa com instrumentos que instiguem o gosto por uma alimentação colorida e saborosa.

A Educação Alimentar como um ato capaz de mudar, transformar antigos paladares e hábitos, não é uma tarefa simples. Necessariamente, os aspectos socioculturais são relevantes em qualquer orientação nutricional. Entretanto, objetivo deste plano é organizar ambientes e atividades que auxiliem na formação e desenvolvimento, de hábitos alimentares em crianças pela Educação Alimentar.

Diante do diagnóstico das dimensões socioeconômicas, pedagógicas, financeiras, administrativas e físicas da Instituição, a análise tem como propósito de melhorar a qualidade de ensino, faz-se necessário a elaboração de um plano de gestão com os objetivos bem definidos, que venham nortear significativamente o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a escola, prioriza dentre outros aspectos a melhoria qualitativa do ensino e o fortalecimento da escola, visando garantir, as crianças o acesso à educação buscando assegurar o exercício pleno da cidadania, assumindo uma política de universalização do ensino.

Neste trabalho irei contemplar uma pesquisa bibliográfica, o qual se utilizou de referências, pesquisas com assuntos pertinentes ao plano de gestão como, análise do papel do gestor, especialmente na administração dos recursos financeiros e patrimoniais e por meio desta análise foi composta as metas e as ações e as considerações finais.

Assim, as propostas desta gestão são voltadas ao atendimento das atuais demandas, considerando as especificidades da Instituição.

2 REVISÃO TEÓRICA

Sabemos que a organização do trabalho pedagógico requer toda uma organização e planejamento e tratando-se de recursos financeiros e patrimoniais a organização e planejamento precisa, necessariamente, ser muito mais cuidadosa devido ao compromisso que isso envolve.

Wittmann & Franco (1998, p.27) compreendem a gestão como uma parte da administração. Esta “engloba as políticas, o planejamento, a gestão e a avaliação da educação”, enquanto que “a gestão é entendida como coordenação dos esforços individuais e coletivos de implementação das políticas e planos”.

Uma boa gestão de recursos materiais deve atender adequadamente às exigências do processo educacional. Para que isso aconteça, é necessário fazer um planejamento para levantar as necessidades de forma criteriosa.

Segundo Paro (1999, p.18-19) “a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”. E complementa que “a administração pode ser vista tanto na teoria quanto na prática, como dois amplos campos que se interpenetram: “a racionalização do trabalho e a coordenação do esforço humano coletivo”.

Existem critérios que devem ser seguidos na escolha dos recursos materiais, dentre eles está o de qualidade e o de adequação aos objetos da escola, dessa forma a instituição estará contribuindo para um ambiente agradável para todos.

Dentre os bens materiais existem os meios móveis que são os equipamentos e material permanente: são as mobílias em geral como, por exemplo: aparelhos e equipamentos e aparelhos diversos e de escritório.

Material de consumo: são materiais de laboratório, de expediente e de construção para reparo de móveis, assim como materiais de instalação elétrica.

Material de distribuição gratuita: são materiais como livros didáticos, remédios. Etc..

O responsável por planejar é o mesmo que compra os materiais. Ele deve conhecer as necessidades e as prioridades da instituição, acompanhando sistematicamente seu desenvolvimento. Para que possa adquirir os recursos materiais e contratar os serviços ele deve conhecer os procedimentos gerais fixados na legislação que institui as normas para licitações e contratos de administração pública.

É através do processo licitatório que há o reconhecimento da legalidade na aquisição dos bens materiais. Tudo que se for comprar em uma instituição pública deve passar por esse processo, desde a compra de um lápis a construção de uma obra.

Todos os bens adquiridos pela escola ficam sob responsabilidade da Secretaria de Educação e dos gestores de seus órgãos e escolas, cabendo a ele cuidar e conservar os materiais. Deve também registrá-lo no caderno de bens sob a responsabilidade de órgão ou escola, verificando se o número de identificação no patrimônio está inserido adequadamente.

O planejamento é indispensável, pois é através dele que é possível obter uma previsão e racionalização do uso dos recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais que são os meios de trabalho pelos quais asseguramos o processo de ensino-aprendizagem dentro da escola.

Um gestor escolar detém de muita responsabilidade, pois precisa estar atento a todos os aspectos da vida escolar, tais como, cuidar das condições físicas da escola, materiais e principalmente, financeiras. Além disso, é papel do gestor escolar e sua equipe definir as funções e atividades das pessoas que integram os vários setores da escola. No desempenho do seu papel o gestor assume uma série de funções, tanto de natureza administrativa, quanto pedagógica. Segundo Libâneo (2004, p. 217) “as funções do diretor são predominantemente gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo”.

As rotinas escolares necessitam desta maneira, estarem previamente planejadas. Da mesma maneira, a rotina administrativa, a assistência didático-pedagógica aos professores, os serviços administrativos de limpeza e conservação da escola, o horário escolar, matrículas, distribuição dos alunos por classe, normas disciplinares, formas de contato com os pais, secretaria de educação e conselhos escolares.

A ausência ou a falta de organização de normas, rotinas, responsabilidades e planejamento interfere diretamente nas atividades de ensino. Porém estas atividades, além de serem de responsabilidade do gestor escolar, necessitam, obrigatoriamente, serem realizadas num contexto de gestão democrática, pois todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem devem participar da tomada das decisões que envolvem o cotidiano da escola.

Esse planejamento democrático dentro da escola acaba se tornando muito importante quando se trata da gestão dos recursos financeiros e patrimoniais. Tem-se

buscado a implantação de planejamentos estratégicos atrelados a um sistema de monitoramento que acompanhe o desempenho do sistema escolar e as melhorias na coleta de dados, na geração de informação e no equilíbrio das despesas.

Nesse sentido o governo federal tem lançado programas como o PDDE interativo para que as escolas consigam realizar planejar e receber recursos. O diagnóstico é realizado através do levantamento do perfil e do funcionamento da escola e a análise dos fatores determinantes da eficácia escolar. Esses dados são analisados e a escola pode ter uma noção de quais são as suas defasagens.

A gestão democrática está ligada diretamente a autonomia escolar dos recursos financeiros e patrimoniais. Está cada vez mais difícil manter esta combinação, pois a centralização exige uma obediência a uma ordem hierárquica, o que atrasa e atravanca o processo de tomada de decisão mais rápida e ao mesmo tempo, a autonomia das unidades escolares visa atender de forma mais direta as necessidades dos usuários e da sociedade. O gestor precisa encontrar um meio termo nesse sentido, para não tornar-se desobediente e por outro lado, autoritário.

Atualmente tem-se ampliado a capacidade decisória dos gestores escolares, que devem conjugar o exercício compartilhado da direção, buscando um maior respaldo da comunidade escolar. De acordo com Castro (2000, p.122), os valores financeiros da escola podem variar:

Na execução financeira da escola e na utilização dos recursos repassados, os valores podem variar conforme Planejamento Orçamentário estadual, o Plano Plurianual e o PDDE de cada Estado. Esses valores podem ser lineares (preestabelecidos) para escolas ou obedecer a combinação do valor linear mais um valor per capita aluno, geralmente estabelecido para as unidades escolares que possuem um número grande de alunos e atendimento em mais de dois turnos (CASTRO 2000, p.122)

O gestor também tem a obrigação de prestar contas sobre os recursos que disponibilizou na unidade escolar. Esta prestação de contas cobra basicamente informações que identificam as despesas realizadas, as receitas utilizadas e os comprovantes destas despesas, como por exemplo, as notas fiscais. Essas notas fiscais devem obedecer a uma ordem cronológica e devem necessariamente ser originais.

Além disso, o gestor deve anexar nesta prestação de contas os respectivos extratos bancários que comprovem sua movimentação, confrontando a verba disponível, as despesas efetuadas e os cheques emitidos.

Torna-se então de extrema importância a gestão democrática escolar. Com a autonomia financeira da escola as funções de levantamento das necessidades de serviços e as estimativas de custos não devem ficar a cargo somente do gestor, podendo e devendo ser compartilhadas com todos os membros da comunidade escolar, comprovando novamente a importância do Conselho Escolar.

O gestor e sua equipe devem cuidar da manutenção, da conservação do prédio e da estrutura física da escola, bem como de todo o patrimônio escolar (móveis, equipamentos didáticos e eletrodomésticos). Os recursos financeiros da escola podem ser institucionais como a contratação de pessoal para prestação de serviços (cortar a grama, consertos em geral), fotocópias e podem ser correntes, como compra de material de limpeza, escritório, suprimentos de informática.

Segundo Castro (2008), é importante destacar que o repasse de recursos financeiros para a escola atenderá a uma programação financeira em cada ano, pois dependerá da entrada de receitas que o governo estadual ou municipal arrecadar:

(...) Essa entrada dos tributos provenientes dos contribuintes não se concentra somente no início de cada ano, e sim se distribui ao longo de todo o exercício. Por isso, há uma previsão de fluxo dessas receitas e a liberação de verbas, geralmente em duodécimos (1|12 – um doze avos), para assegurar a execução das despesas. (CASTRO, 2008, p. 127)

É importante que o gestor compreenda a execução orçamentária para saber que os prazos determinados na prestação de contas deverão ser rigorosamente cumpridos, bem como a apresentação dos demonstrativos de movimentação que contabilizam os atos e fatos praticados pelos gestores.

Um dos recursos mais importantes que a escola pública recebe é o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). O PDDE é um programa do governo federal executado pelo FNDE e conta com a parceria do Banco Mundial. O objetivo desse recurso é prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades sem fins lucrativos e recenseadas pelo MEC, bem como fomentar a política democrática de autogestão desses recursos financeiros.

Os valores repassados por este recurso devem ser usados para despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos e para contribuir com a melhoria física e pedagógica da escola. Não pode, de maneira nenhuma, usar este dinheiro para pagamento de pessoal.

O PDDE se torna de extrema importância para a autonomia da escola, pois permite que a mesma possa escolher onde quer gastar os recursos, levando em consideração, é claro, as normas estabelecidas pela lei. Da mesma maneira, os gestores escolares passam a ter mais responsabilidades de controle burocrático e cumprimento de normas sobre as transferências dos recursos.

Por isso, o gestor escolar precisa atualmente dominar, tanto o conhecimento pedagógico quanto manejar ferramentas de planejamento e administração que lhe possibilitem uma eficaz gestão de todos os recursos disponíveis.

2.1 O IMPORTANTE PAPEL DO GESTOR PARA O BOM DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

Neste contexto entendemos que embora o professor seja o carro chefe em busca da formação de identidade de um indivíduo, o gestor é a peça fundamental para a inovação ou para o desenvolvimento de qualquer inovação pedagógica e principalmente para o sucesso de todas as atividades que são desenvolvidas dentro do ambiente escolar. E para que de fato isso aconteça é necessário que o gestor tenha um perfil ético e uma relação saudável com professores e demais funcionários da escola, é necessário que um líder pedagógico tenha a sutileza no tratamento pessoal com os demais colaboradores, conquistando a admiração e colaboração de todos os envolvidos no setor educacional.

E a comunicação é fator primordial no que se refere às **Relações Interpessoais**, pois ela é responsável por toda a ação de um indivíduo, agindo assim como uma "faca de dois gumes" que tem função tanto de causar mudanças quanto desavenças. Então é necessário usar sempre de uma linguagem, um diálogo que transmita confiança, controle da situação e principalmente respeito ao outro.

É sabido que uma escola gerida de maneira autoritária não contribuirá para a formação de personalidades morais e para a construção do cidadão que acredita plenamente na democracia. Uma escola com direção autoritária, na qual todas as decisões são centralizadas nas mãos de uma única pessoa e cujas regras de convivência e o projeto pedagógico já se encontram predeterminados por valores e crenças preestabelecidos, não permite o diálogo e a sua reorganização constante com base na busca coletiva de novos e melhores caminhos para os desafios cotidianos que vivenciamos desde há muito tempo atrás.

Consideramos então que o Projeto Político Pedagógico é a concretização de uma boa comunicação entre toda a comunidade escolar, e necessário se faz que haja relações interpessoais saudáveis entre os envolvidos, objetivando resultados adequados e principalmente que comporte a realidade escolar. Quando o gestor da escola consegue propiciar constantes diálogos e a participação efetiva de todos, ele desperta a consciência de responsabilidade e importância do serviço de cada um, criando uma atmosfera de união e motivando assim todos aqueles que colaboram e lutam em busca de uma educação de qualidade e um ambiente agradável para se trabalhar.

Ao tentar a busca efetiva por recursos humanos da escola, o gestor consegue facilitar a formação continuada de todos os profissionais da escola, bem como a integração entre prática e teoria, e principalmente a troca de experiências. Uma escola que oferece cursos, seminários e demais projetos que além de envolver o profissional da educação ainda serve de apoio e incentivo para sua carreira profissional, caminhando para um perfil inovador. E este é um desafio principalmente para o gestor, que deve atuar como líder desenvolvendo formas de organização inovadoras com previsão e antecipação de mudanças se for necessário, objetivando sempre mudanças para enfrentar qualquer desafio que eventualmente possa surgir, usando sempre como válvula de escape um planejamento bem elaborado e participativo.

Para uma boa administração escolar o gestor precisa principalmente ter uma postura de líder que não mede forças para buscar as transformações necessárias englobando todos os envolvidos nas ações escolares.

Entendemos então, que toda administração pública requer um olhar especial voltado as transformações que de certo modo interferem nas práticas pedagógicas forçando mudanças a todo momento. Ainda na visão de Luck, toda gestão está associada ao ato democrático do processo pedagógico, conforme ele destaca:

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no encaminhamento das questões desta área. Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (Lück, 2006, p:1)

Assim entendemos que uma escola coordenada por um gestor que se preocupe com a interação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, irá enfrentar com

facilidades todos os desafios e dificuldades encontrados no ambiente escolar sem a preocupação de apontamentos, pois uma escola onde todos estão envolvidos no intuito de melhorar o ensino é uma escola que trabalha em equipe.

2.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA NUMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL- AÇÕES DE NATUREZA PEDAGÓGICO-CURRICULAR.

Em tempos atrás as identidades eram herdadas, ou seja, íamos seguindo as tradições, mas hoje isto não é tão simples, pois existem oportunidades de construirmos experiências diferentes de nossos pais, e a partir de então formamos a nossa identidade. A linguagem é à base da identidade, portanto além de simbólica ela é uma construída a partir das relações sociais, por isso a importância da gestão escolar e conseqüentemente o professor levar em consideração a cultura dos alunos para a execução das práticas pedagógicas, vista do que a escola é uma instância social.

Muitas de nossas escolas apesar de comportar uma considerável diversidade cultural não sabem lidar com a mesma, e acabam por gerar maiores conflitos, e tanto a gestão escolar como o professor ao invés de amenizar esta situação acaba provocando maiores problemas, não direcionando suas práticas pedagógicas para este contexto tão múltiplo. Para que não ocorressem tais problemas inicialmente seria necessário que os profissionais da educação, professores, gestores e demais funcionários, entendessem que a diversidade existe, é natural, necessária e deve ser respeitada, mais do que isto discutida, e isso deve ser estimulado principalmente pela escola, pois, “pedagogicamente as crianças e os jovens, nas escolas, seriam estimulados a entrar em contato, sob as mais variadas formas, com as mais diversas expressões culturais dos diferentes grupos culturais” (SILVA, 2009, p. 98).

Apesar da diversidade ser natural, ela não é aceita tão facilmente, e assim surgem a discriminação e o preconceito, e para lidar com isso, “[...] a pedagogia e o currículo deveriam proporcionar atividades, projetos, exercícios e processos de conscientização que permitissem que os estudantes mudassem suas atitudes” (idem, p. 98). Lembrando que é significativo esclarecer que nas identidades também há uma relação de poder, isto é, relações desiguais que perpassam a sociedade em geral, e os estudantes por meio dos docentes devem ser esclarecidos quanto a isso:

Essas poderiam ser as linhas gerais de um currículo e uma pedagogia da diferença, de um currículo e de uma pedagogia que representasse algum questionamento não apenas à identidade, mas também ao poder ao qual ela está estreitamente associada, um currículo e uma pedagogia da diferença e da multiplicidade. (ibidem, p. 101).

Este currículo foi nomeado de currículo multiculturalista por Silva (1999) no qual afirma que não basta apenas aprender a simplesmente tolerar ou respeitar a diferença, mas deve-se procurar analisar os processos que produzem as diferenças, procurando assim colocá-la sempre em questão. O estimular de um currículo multiculturalista cabe principalmente ao papel do coordenador escolar, que por sua vez faz parte da gestão escolar, tendo em vista que algumas de suas atribuições são:

Responder por todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e pelo acompanhamento das atividades de sala de aula, orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo, incluindo assistência direta aos professores na elaboração dos planos de ensino, escolha de livros didáticos, práticas de avaliação da aprendizagem. (LIBÂNEO, 2004, p.221, grifos nossos).

Cabendo também ao diretor da escola, como instância maior, estimular nos coordenadores à execução desta perspectiva, buscando direcionar o currículo da escola a cultura do aluno que a frequenta, proporcionando também discussão não só com os alunos, mas com os professores e demais funcionários acerca das diferenças culturais.

Veja o que complementa Tosta (2009, p.10), sobre isso: [...] a consciência de que a diferença está presente no cotidiano da escola e da sala de aula apontam para a necessária reflexão sobre, pelo menos duas questões importantes nas relações que se constroem no interior dessa instituição. Primeiro, que a diferença não está apenas presente na vida fora da escola, como também atravessa os muros, quase sempre impermeáveis, da instituição escolar. A forma como olhamos e tratamos a diferença interfere nas relações educativas e, conseqüentemente, nas relações de aprendizagem e de socialização.

É significativo perceber que reconhecer apenas que há várias culturas não é o suficiente para disseminar uma prática pedagógica que se disponha a lidar com essas culturas, que em si são tão divergentes, e que favoreça a valorização das diferenças.

2.2.1 Educação Alimentar

As mudanças ocorridas nas práticas alimentares contemporâneas, fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos na indústria de alimentos e pela globalização,

têm sido objeto de atenção do Setor Saúde desde que se estabeleceu uma relação entre a alimentação e algumas doenças crônicas não transmissíveis.

A promoção de hábitos saudáveis integra políticas nacionais, sendo a alimentação uma das ações priorizadas para sua implementação. A escola é espaço de promoção da saúde, pelo papel destacado na formação cidadã, estimulando a autonomia, o exercício dos direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, bem como na obtenção de comportamentos e atitudes considerados como saudáveis.

As atividades educativas promotoras de saúde na escola, em particular a promoção da alimentação saudável (PAS), representam possibilidade concreta de produção de impacto sobre a saúde, a autoestima, os comportamentos e o desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar. Tais atividades devem ser implementadas por meio de ações intersetoriais e transversais, com inclusão do tema no projeto pedagógico das escolas.

Nesse contexto, a alimentação escolar, que nas escolas públicas tem interface com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de proporcionar assistência alimentar suplementar aos escolares, deve promover a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem, estimulando, dessa forma, o envolvimento da comunidade escolar nesse processo.

Com relação a uma alimentação adequada, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que institui através da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tem por objetivo assegurar de forma sustentável o direito humano à alimentação adequada para toda população.

A segurança alimentar e nutricional dá direito a todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeite a diversidade cultural, ambiental, econômica e socialmente sustentável.

3 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

O CMEI Criança Feliz localiza-se a Rua Santos Dumont, nº 742 no Centro de Herval D'Oeste. Iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 1990, sendo inaugurada em 14 de agosto de 1990.

3.1 BREVE HISTÓRICO

Em 2007 a Instituição foi ampliada em 244 m². Foram feitas mais duas salas de aula, dois banheiros, depósito de materiais e sala de Direção. A conclusão da obra ocorreu em dezembro de 2007 e a inauguração aconteceu em 06 de fevereiro de 2008. Ficando com área construída de 590,02 m².

No início de suas atividades a infraestrutura da Creche Criança Feliz atendia crianças de 04 meses a 06 anos de idade. A princípio atendia crianças carentes com mães trabalhadores com início das atividades a partir de 6 horas da manhã para atender as crianças cujas mães trabalhavam na Empresa Perdigão.

Com o passar do tempo e adequação de novas realidades a Creche passou a funcionar das 6h30 até as 18h30 de segunda-feira a sexta-feira.

Com aprovação da nova LDB. Lei 9394/96, vieram às alterações quanto ao aspecto físico da Creche, reavaliações dos espaços e da oferta de vagas, portanto no ano de 1998 a Creche Criança Feliz passa a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, com vagas para crianças de 0 a 3 anos e onze meses, mantidas pela Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste e com a contribuição da Empresa BRF (Brasil Foods), que contribui com frango e presunto mensalmente.

A Instituição atende aproximadamente 130 crianças de 04 meses a 3 anos e 11 meses, sendo estas divididas em: Berçário I – com 14 vagas, Berçário II “A” – com 16 vagas, Berçário II “B”- com 16 vagas, Maternal I – com 18 vagas, Maternal II – com 18 vagas, Maternal III “A” – com 22 vagas, Maternal III “B” – com 22 anos. Duas das vagas por turma podem ser divididas em matutino e vespertino, sendo que os maternais III esse número pode ser maior dependendo da procura dos pais. Sendo que cada turma é atendida por duas professoras e duas estagiárias, divididas nos períodos matutino e vespertino. O lactário é atendido por duas pessoas responsáveis, o refeitório e a cozinha atendidos por

duas merendeiras, lavanderia e limpeza com três auxiliares de serviços gerais, secretaria com uma gerente e uma diretora, solário e banheiros.

O regime de funcionamento é de doze horas diárias, sendo que as professoras, as estagiárias e as merendeiras se revezam em dois turnos.

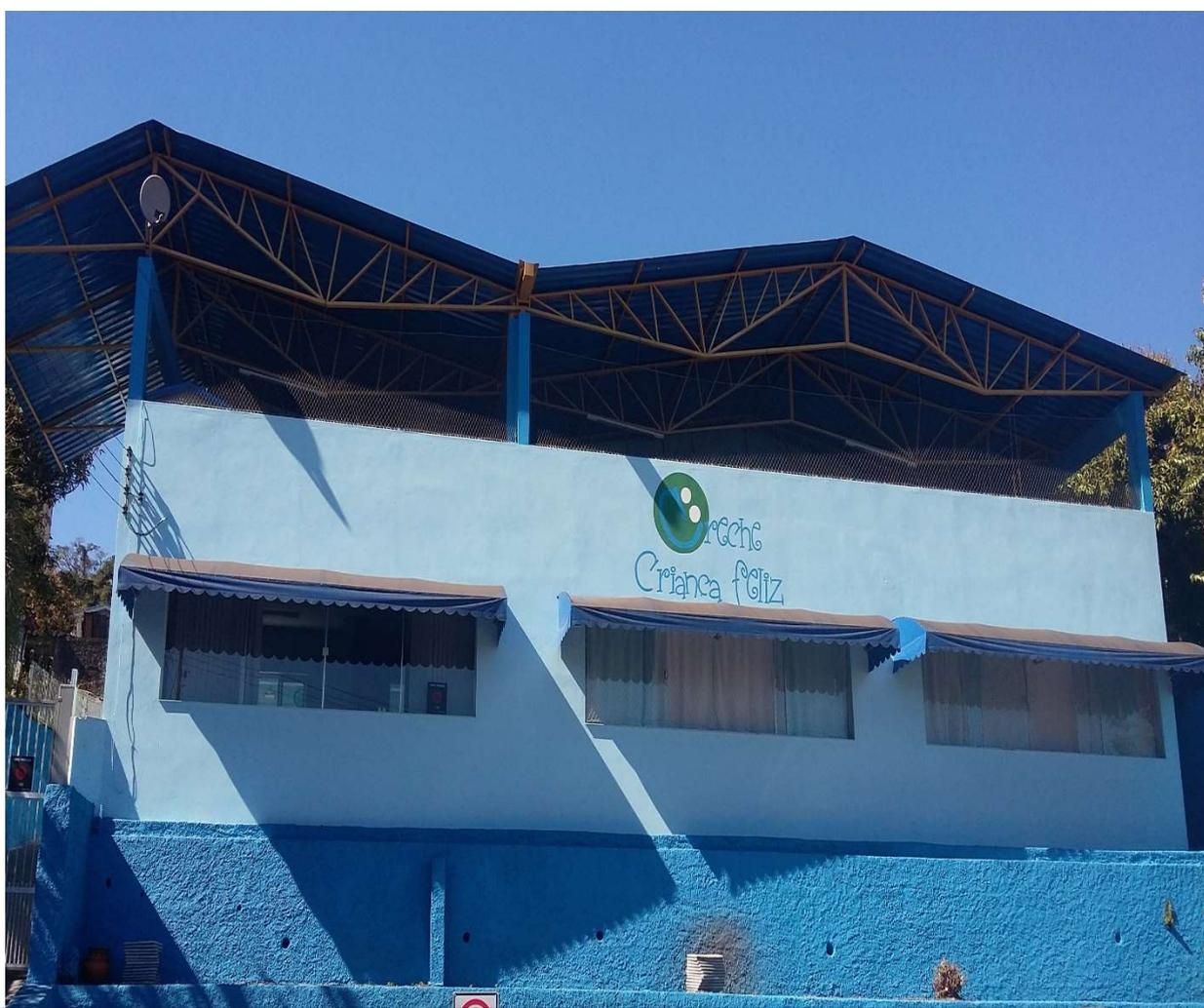


FOTO DA FACHADA DO C.M.E.I CRIANÇA FELIZ

3.2. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

No sentido de aprofundar o conhecimento referente à realidade da clientela atendida foram elencadas alguns dados para a caracterização, sendo que as informações foram coletadas das fichas de renovação de matrícula das crianças atendidas pela instituição de ensino ou na dimensão socioeconômica presente no Projeto Político Pedagógico.

3.2.1 Dimensão Socioeconômica

O C.M.E.I Criança Feliz tem sido cada vez mais reivindicada por famílias de diferentes classes sociais, sendo vista hoje como fonte de valiosa intervenção pedagógica com propostas curriculares significativas. Os Pais tem como ocupação profissional: empregadas domésticas, diaristas, comerciantes, professores, secretários, enfermeiros, etc.

O perfil socioeconômico varia de acordo com a realidade de cada família, pois as condições econômicas são determinadas por alguns aspectos como: o número de filhos, se reside em imóvel próprio ou alugado, valor do salário, entre outros, sendo este aspecto bem amplo em sua diversidade. Em alguns dados analisados nas fichas das crianças matriculadas, nota-se que a renda familiar gira em torno de 1 salário mínimo à 3 ou 4 salários mínimos.

A participação dos pais ou responsáveis é de extrema importância, principalmente quanto ao compartilhar do espaço, do convívio coletivo e o respeito às regras da instituição, que contribuem para o bom desenvolvimento das atividades cotidianas. Através dessa interação, estabelece-se uma relação de parceria entre a escola e a família, no que diz respeito ao trabalho realizado. Independentemente da idade da criança, a proposta de trabalho com os pais ou com a família tem o mesmo objetivo, educar e cuidar, que são processos dinâmicos e indissociáveis. As relações dos adultos que estão envolvidos com essa tarefa (família e educadores) têm que acontecer de forma respeitosa, possibilitando um trabalho harmonioso e efetivo.

Quanto ao nível de escolaridade de 100% dos pais, 95% têm escolaridade mínima - ensino fundamental ou ensino médio completo.

A maior porcentagem (90%) das famílias é da religião católica.

Por meio dos dados verificados no censo escolar, a instituição atende 130 alunos, sendo destes – 3 negros, 40 pardos, 87 brancos.

Com relação a procedência das famílias – 55% italianos, 15% miscigenados e 30% alemães.

3.2.2 Dimensão Pedagógica

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam com espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 4 anos de idade, no nosso caso, no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados pelo órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Considerando também a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (1998, p.19), que orienta o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação deste município, “a educação constitui-se em um espaço de construção e reconstrução do conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado. A educação, enquanto prática social, vai se constituir em um instrumento de compreensão da realidade como um todo”.

A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (1998) destaca ainda que a Educação Infantil deve ter como objetivos prioritários:

Promover o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança;

Promover a apropriação do conhecimento científico e dos bens culturais produzidos pela humanidade, através do currículo trabalhado de forma interdisciplinar;

Desvelar as desigualdades sociais, trabalhando com a criança os conflitos existentes, na busca de transformações alicerçadas em um novo relacionamento ético, político e afetivo;

É dever do Estado garantir a oferta da Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

O C.M.E.I Criança Feliz respeita a criança em todos os seus direitos apresentados nos documentos que norteiam o trabalho de Educação Infantil e trabalha para Viver uma relação onde o diálogo seja evidenciado como uma construção onde se dê segurança no desenvolvimento das crianças, e uma proposta pedagógica de trabalho que se compromete com as necessidades e especificidades das crianças, contemplando todas as áreas do

desenvolvimento infantil, respeitando as características de cada faixa etária, a realidade de cada criança, o que se transforma em um espaço único, pois é nela que se aprende a ser, a tornar-se, a criar, a participar e a transforma-se a si, ao ambiente, ao contexto onde se vive, bem como onde se vive, bem como são incluídos momentos de reflexão sobre essa prática.

O Currículo da Educação Infantil do C.M.E.I assegura a formação básica da criança respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, nos termos do artigo 9º da LDB Lei nº 9.394/96, no que se refere à concepção de aprendizagem; a Proposta de Educação Infantil de Santa Catarina em consonância com as diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e a Proposta Curricular para as Creches Municipais, pela coordenação infantil sob a orientação e reestruturação da Proposta Pedagógica da Educação Infantil pela Professora Doutora Zenilde Durli (2008).

O Projeto Pedagógico que está sendo desenvolvido neste ano, cujo tema central é Brincar, ouvir, aprender e fazer acontecer, por meio da literatura.

Para isso, são realizados planejamentos quinzenais de atividades de acordo com a Proposta Curricular do Município, ou seja, Múltiplas Linguagens, Brincadeiras, Organização, Espaço Temporal e Interação, que se encaixam no projeto anual elaborado pela escola, fazendo com que os educadores exerçam a função mediadora da interação da criança, proporcionando espaços diferentes com materiais diversificados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) estabelecem que as Instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, seleção ou classificação, garantindo a observação crítica das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, utilizando para isso os registros realizados tanto pelos professores (notações, relatórios, fotografias) como os realizados pelas crianças (desenhos, modelagens..).

Deve-se respeitar ainda:

- Valorizar a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;
- Organizar reuniões entre profissionais e pais (reuniões por sala), buscando esclarecer as atividades desenvolvidas tornando este um espaço para discutir problemas, trocar conhecimentos e estudar temas de interesses comuns.
- Entrega de avaliação anual tornando possível aos pais o acesso aos relatórios e aos pareceres descritivos com relato de acompanhamento do desenvolvimento da criança.

- O estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade.

- Reuniões pedagógicas de estudo com a equipe de professores.

Devido ao restrito número de vagas nos Centros de Educação Infantil no Município, o C.M.E.I Criança Feliz estende o atendimento a crianças oriundas de vários bairros do município, advindas de diversos níveis e classes sociais, priorizando as mães que trabalham fora. O Oferecimento da vaga é preenchido considerando uma lista de espera. Em consonância com o Poder Público Municipal e Promotoria, a lista de espera é seguida sem quaisquer alterações ou beneficiamentos.

Ao ingressar no CMEI Criança Feliz, o aluno passa a ter uma pasta com toda a documentação exigida para a efetivação da matrícula. Os Dados coletados na matrícula são repassados a um sistema de base chamado, Sistema de Gestão Escolar (SGE), onde a criança recebe um número de matrícula que a seguirá durante a vida escolar, ficam armazenados todos os dados pessoais.

O Plano de Matrícula é elaborado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação. A Direção da Creche será responsável pela divulgação do período de matrícula.

Juntamente com a matrícula é realizada a anamnese com os pais ou responsáveis para identificar dados referente a criança, a qual fica na sala a disposição da professora.

A partir do ato da matrícula, os pais ou responsáveis tomarão conhecimento dos dispositivos do Regulamento Interno e do Plano Político Pedagógico da Instituição.

3.2.3. Dimensão Administrativa

A escola C.M.E.I Criança Feliz atua com 14 professores com formação superior em pedagogia com dois turnos: período matutino e vespertino, e 14 estagiárias cursando pedagogia ou magistério, todas do sexo feminino. Desse número de professores oito são concursadas com carga horária semanal de 40 horas, todas com especialização. E em caráter temporário são 07 professores com nível superior, alguns cursando especialização. As estagiárias estão cursando magistério ou pedagogia

O C.M.E.I atua com grande parte de funcionários efetivos para exercerem a prática em sala de aula, em relação aos estagiários, como ponto positivo a escola tem a

complementação do quadro de funcionários, porém o grande ponto negativo é o contrato de trabalho que tem duração de apenas dois anos (02), algumas estagiárias possuem outro emprego no horário inverso não dispendo de tempo para atividades extras na escola. Os estagiários recebem capacitação oferecida pela escola e quando estão capacitados para a prática pedagógica deixam à escola em virtude do vencimento do contrato e a escola novamente recebe novos estagiários.

A equipe pedagógica do C.M.E.I trabalha em harmonia com a Equipe Administrativa e Pedagógica, são incentivadoras de práticas de ensino inovadoras, são abertas as novas perspectivas desde que tragam benefícios às crianças, pois este é o foco principal da instituição.

A escola conta com uma Diretora habilitada em Pedagogia e pós-graduada, e com uma Coordenadora geral de Educação Infantil Municipal, e uma Gerente de Educação Infantil graduada na área e com especialização.

No que se refere às condições de trabalho do profissional da Educação temos no Art. 21 do Estatuto do Magistério que: “A jornada de trabalho do professor lotado e/ou em exercício Centro de Educação Infantil e que atua diretamente com a criança 04 (quatro) meses a 03 (três) anos de idade será de 40 (quarenta) horas semanais, cumprida uma jornada de 6 (seis) horas diárias e contínuas, totalizando 30 (trinta) horas semanais”.

Conforme o Estatuto do Magistério, o Plano de Valorização dos profissionais da Educação está exposto nos artigos 41 à 49. Nela estão apresentados condições de qualificação profissional na forma de aperfeiçoamento continuado de 40 horas anuais organizado pela Secretaria de Educação, progresso funcional, afastamento remunerado para aperfeiçoamento na área de Mestrado em Educação, auxílio pecuniário para graduação e pós graduação, gratificação de incentivo à classe; aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares serão assegurados 30 dias de férias e 15 dias de Recesso Escolar.

Ao ingressar no C.M.E.I Criança Feliz, o aluno passa a ter uma pasta com toda a documentação exigida para efetivação da matrícula, atestados médicos e todo e qualquer documento de valor que possa conter informações da criança tanto da vida escolar quanto da vida pessoal.

Os dados coletados durante o ato da matrícula são repassados a um sistema de base chamado, Sistema de Gestão Escolar (SGE), onde a criança recebe um número de matrícula que a seguirá durante a vida escolar, ficam armazenados todos os dados pessoais.

Ao deixar a escola, a criança recebe atestado de transferência ou declaração com o número de matrícula e a sua documentação (ficha de matrícula, certidão de nascimento e documentos importantes) passam a fazer parte do arquivo morto da Unidade Escolar permanentemente.

Em maio de cada ano acontece o repasse das informações de cadastro de todas as crianças matriculadas no C.M.E.I para o CENSO, válido no território Nacional.

Os atos escolares serão registrados em livros, fichas ou instrumentos informatizados, resguardadas as características imprescindíveis, cabendo autenticidade à posição de assinatura do Diretor e do Secretário.

Com relação a avaliação do desempenho do membro do magistério deve medir o desempenho do profissional da educação no cumprimento das suas atribuições levando em consideração, conforme o Art. 25 do Estatuto do Magistério, os seguintes critérios:

- I- Compromisso e dedicação exclusiva;
- II- Assiduidade e pontualidade;
- III- Responsabilidade e ética profissional;
- IV- Conhecimento específico e pedagógico;
- V- Comprometimento com a Proposta Pedagógica Municipal;
- VI- Relacionamento professor/professor, professor/aluno e professor/comunidade escolar.

O Art. 26 do Estatuto do Magistério determina que: “O membro do Magistério será submetido à avaliação permanente, anualmente e será efetuada através do preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo 25”.

A escola conta com a APP (Associação de Pais e Professores) e o Conselho Escolar que trabalham de forma ativa e participativa com a equipe escolar.

3.2.4. Dimensão Financeira

A Unidade Escolar buscará alternativas de capacitação financeiras através de recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação, do Governo Federal via FNDE, através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), o qual é dividido entre

verbas para materiais de custeio e para bens permanentes (capital), esse valor sofre variações ano a ano conforme o censo escolar realizado em maio de cada ano.

O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura da parte física favorecendo assim a parte pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

A Instituição faz a prestação de contas juntamente com a APP. Da parceria entre a APP e comunidade escolar com contribuições espontâneas, doações e promoções como a festa Junina ou Julina e Ação Entre Amigos com sorteio de prêmios.

Os recursos angariados serão aplicados na aquisição de materiais didáticos pedagógicos, equipamentos de uso permanente ou não, manutenção e conservação do prédio da creche, substituição de professores ou qualquer outra coisa que se torne necessário para o bom andamento do trabalho.

3.2.5. Dimensão Física

O Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz localiza-se a Rua Santos Dumont, nº 742 no Centro de Herval D'Oeste, é constituído de dois pavimentos de alvenaria, medindo 590,02 metros quadrados. Atende 130 crianças em período integral e meio período, oferecendo as seguintes instalações: Andar superior: 01 sala de berçário I, 02 salas de berçário II e uma sala de maternal I; com dois espaços de higienização para os bebês e uma sala de maternal III. Lactário, cozinha e refeitório (que no ano de 2010 foi totalmente reformado). Solário, brinquedoteca e banheiros adaptados para as crianças e 01 banheiro das funcionárias e ainda uma lavanderia. Abriga-se no andar térreo: mais 02 salas de maternal II e III, 02 banheiros, 01 depósito de materiais e 01 secretaria.

Contamos com alguns equipamentos necessários ao bom andamento dos trabalhos escolares: 07 aparelhos de DVD'S, 02 televisores de 29" e 05 televisores de 21", 03 computadores, 02 impressoras, 08 aparelhos de som com CD, 01 secadora de roupas, 01

máquina de lavar roupas, um lava jato, e todos os equipamentos necessários para a cozinha e lactário.

Quanto às instalações das redes elétricas do andar superior deixavam a desejar por serem antigas, foram totalmente trocadas em uma parceria entre Secretaria de Educação, APP e com Ação Social de funcionários da Empresa Brasil Foods.

No que diz respeito às instalações sanitárias ressaltamos que as mesmas não são suficientes para o número de alunos, necessitaríamos de mais dois banheiros adaptados de acordo com a idade das crianças. E mais um banheiro para os funcionários.

Em relação às condições de segurança e acesso podemos relatar que a mesma está localizada em área central, com ruas pavimentadas, de fácil acesso e com segurança. O terreno é todo cercado, inexistindo áreas de riscos no interior do mesmo. Internamento a obra apresenta circulações dimensionadas conforme normas. O acesso da escola encontra-se no mesmo nível da rua principal oferecendo também rampa de acesso.

A escola ainda não está adaptada para receber crianças com necessidades especiais, pois a mesma não possui profissionais capacitados para tal atendimento, não possui rampas e nem banheiros adaptados.

Nos aspectos de lazer e recreação podemos citar o espaço do solário como uma área de recreação coberta para o desenvolvimento das atividades físicas, com dimensões apropriadas a idade e ao número de crianças atendidas. Porém, há a necessidade de um parque, com espaço para brinquedos ao ar livre.

Ao proporcionar um ambiente com segurança e acolhedor, estaremos fazendo com a criança sinta-se mais segura, podendo aprender nas trocas sociais e cada vez mais estar proporcionando novos ambientes e espaços garantindo assim uma educação de qualidade.

4. METAS E AÇÕES

Objetivo Geral:

Ofertar para os educandos uma alimentação prazerosa e saudável, utilizando o buffet como instrumento desta prática alimentar.

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

META: Promover o consumo de alimentos saudáveis e a consciência de sua contribuição para a promoção da saúde.

Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Realizar reuniões com os segmentos da escola para disseminar a importância da instituição do novo modo de acesso aos alimentos	Sensibilizar todos os segmentos para que a aderência à nova sistemática seja positiva.	11/2016	Comunidade Escolar.	Material de apoio Uma nutricionista	Professores, Direção.
Promover palestras para a comunidade escolar.	Participar ativamente dos aspectos relacionados à alimentação e saúde, aliada à garantia, por parte do governo, da alimentação como um direito humano e à segurança alimentar e nutricional para os desenvolvimentos físico, mental e social são os passos fundamentais para o alcance do real sentido de igualdade.	2017	Comunidade escolar.	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI, APP.	Direção do CMEI, Professores, APP.
Sensibilizar a comunidade sobre a importância da reeducação alimentar.	Promover a alimentação adequada e saudável e estímulo à prática de atividade física em espaços sociais e institucionais, entre outros.	2017	Comunidade escolar.	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI, APP.	Direção do CMEI, Professores, APP.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA					
META: Proporcionar aos educandos a melhoria da alimentação com a Educação Alimentar em 2017.					
Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Estimular o gosto por uma alimentação saudável por meio da implementação de uma horta móvel.	Proporcionar escolhas alimentares e experiências aprendidas, a familiaridade com o alimento é fator preponderante para a sua aceitação ou rejeição.	2017	Alunos.	Direção do CMEI.	Professores.
Propiciar momentos de socialização com a cozinha pedagógica, no qual os alunos terão a oportunidade de manusear alimentos para a confecção de pratos saudáveis diversificados.	Preparar alimentos de forma lúdica para auxiliar o desenvolvimento do hábito de alimentação saudável.	2017	Alunos.	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI.	Professores.
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA					
META: Mobilizar e integrar a comunidade escolar para a prática da Educação Alimentar e Nutricional.					
Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Criar uma tabela de números de alunos por dia, para evitar que a quantidade de comida seja equilibrada. Verificar as crianças que possuem alguma restrição alimentícia.	Evitar o desperdício de comida na unidade escolar.	2017.	Merendeiras, Alunos e equipe escolar.	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI	Direção do CMEI.

DIMENSÃO FINANCEIRA					
META: Viabilizar a aquisição dos equipamentos do buffet utilizando os recursos do PDDE e recursos da SME					
Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Elaborar um projeto financeiro para aquisição dos equipamentos levantados na dimensão física.	Oferecer subsídios para que se faça uma aplicação de recursos próprios da escola e da mantenedora	2017	Gestores, colegiados	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI	Direção do CMEI.

DIMENSÃO FÍSICA					
META: Adquirir um buffet e uma bancada de mármore para melhorar a qualidade da alimentação das crianças em 2017					
Ação	Objetivo	Período	Público Alvo	Recurso	Responsável
Viabilizar a compra da bancada de mármore o fácil acesso aos utensílios (pratos, talheres, saladas), com intuito de desenvolver a autonomia nos educandos.	Proporcionar novas vivências e a construção de novos conhecimentos e aquisição de novos hábitos	10/2017	Comunidade Escolar, Alunos.	Secretaria Municipal da Educação, Direção do CMEI.	Direção.
Manter o bem estar da criança neste espaço com mesas e bancos adequados, garantindo a qualidade.	Adequar as condições do espaço facilitando o acesso das crianças ao refeitório, agilizando assim servir as refeições.	2017.	Alunos.	Secretaria de Educação, Obras, Urbanismo e Planejamento.	Direção do CMEI. Secretaria Municipal da Educação.
Substituir as escadas com degraus, que dão acesso ao refeitório por rampas.	Favorecer a circulação das crianças em segurança e adequar à acessibilidade das crianças pequenas com as quais trabalhamos.	2017	Alunos.	Secretaria de Educação, Obras, Urbanismo e Planejamento.	Direção do CMEI, Secretaria Municipal da Educação.

4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO

O acompanhamento e avaliação deste plano de gestão irá ser realizado durante o ano letivo, será feito periodicamente, através de reuniões pedagógicas, verificação da execução dos objetivos propostos, contato direto com todos os professores responsáveis no desenvolvimento de suas áreas de ações. É preciso a participação conjunta dos profissionais envolvidos (supervisão, direção e professores), para a tomada de decisões sobre os aspectos da prática pedagógica, bem como sua execução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano de gestão foi elaborado com base na realidade do cotidiano escolar. Através de resultados obtidos por esta unidade escolar, a análise dos pontos necessários onde deve-se articular ações para melhorias, com o envolvimento de toda a comunidade escolar.

O Plano teve como intuito propiciar ações que promovam e direcionem o pleno desenvolvimento dos educandos, preparando-os para o exercício da cidadania e, isso só será possível através de uma gestão democrática, onde a participação de todos é fundamental no processo de educação.

A Educação Alimentar como um ato capaz de mudar, transformar antigos paladares e hábitos; estendendo este aprendizado à toda comunidade escolar.

Para isso, entende-se que a organização escolar necessita de um plano de trabalho que indique os objetivos e meios de execução. O planejamento coletivo, a gestão participativa, é ligada à própria natureza de ação pedagógica; propicia a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola, para o que se requer unidade de ação e processos e procedimentos de tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

BASTIANI, Sherlon Cristina de e NARDI, Elton Luiz. **Construindo a qualidade da Educação: entre o desafio da ação escolar e a produção de resultados oficiais**. In. Qualidade da Educação no Ensino Fundamental – Entre políticas e a (ex)tensão do tema na escola pública. Orgs. NARDI, Elton Luiz e SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Editora Unijuí, Ijuí. 2015.

CASTRO, Ana Paula Pádua Pires de. **A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola**. Curitiba: Ibpex, 2008.

FREITAS, M. C. S. Educação Nutricional: Aspectos Socioculturais. **Revista de Nutrição PUCCAMP**. Campinas. V.10 nº 1. P. 45-49. Jan/dez. 1997.

GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político-Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. In: Perspectivas Atuais em Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUSMÃO, Neusa M. **Antropologia e educação: origens de um diálogo**. Cadernos CEDES, n. 43, p. 8-25, 1997.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAGALHÃES, Angélica. **Educação Alimentar**. Revista do professor. Porto Alegre. Abr/jun.2004.

OLIVEIRA, de Ivani; Mario, MEIRELES. **Oficinas dinâmicas: Técnicas para trabalho em grupo**. ed. Paulinas, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Editora Heccus, São Paulo, 2015. 6ª Edição.

LUCK, Heloíza. **A Gestão Participativa na Escola**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (Séries Cadernos de Gestão 3).

LUCK, Heloíza. **Liderança em Gestão Escolar**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUCK, Heloíza. **Liderança em Gestão Escolar**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 (Séries Cadernos de Gestão 4).

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. Gestão de recursos materiais. In: RODRIGUES. Maristela Marques; GIÁGIO, Mônica (Orgs.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro, 2009. p.21-44.

PARO, Vitor Henrique: **Gestão Escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática 2007.

RODRIGUES, Iara. **Roteiro da Saúde**. Ed.Nova Cultural LTDA, 1973. 300 p.SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Adélcio Machado. **Gestão Educacional** especificidades e compartilhamentos na teoria geral da administração. Florianópolis, 2005. 164p

SILVA, Tomaz Tadeu da **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org.). 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.

WITTMANN, Lauro Cardoso. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.

ZABALA, Antoni. A Prática educativa. Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº 9394/96), de 20 de dezembro de 1996.